



## PARCOM PARTICIPAÇÕES S.A. - EM LIQUIDAÇÃO

CNPJ: 00.185.475/0001-08

**Relatório da Administração e do Liquidante - Demonstrações Contábeis - Em 31 de Dezembro de 2021** - Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27/12/2021 foi deliberada a dissolução e início da liquidação da Companhia em razão da falta de perspectiva de novos investimentos e da ineficiência da gestão do seu patrimônio de renda variável. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20/02/2013 foi deliberado e aprovado o laudo de liquidação antecipada da Companhia, com proposta de entrega de bens, direitos e valores aos acionistas. A evolução dos principais fatos ocorridos neste exercício, poderão ser examinados através das próprias demonstrações contábeis e notas explicativas. Sendo assim, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações contábeis acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, relativos ao exercício findo em 31/12/2021. Colocamo-nos à disposição de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais. **Desempenho no Exercício** - A Companhia apresentou mutação negativa dos ativos líquidos no exercício no montante de R\$522.654,26, basicamente oriundo de provisões para riscos fiscais. **Divulgação de Informações Sobre Serviços que Não Auditoria Independente** - Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelos nossos auditores independentes BKR - Lopes, Machado Auditores, informamos que não há outros serviços prestados pelos mesmos a Parcom Participações S.A. - Em liquidação. Rio de Janeiro, 15/03/2022. Parcom Participações S.A. - Em liquidação

### Demonstração dos Ativos Líquidos - Em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2021	DAL Abertura 2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.072	5.036
Tributos a recuperar	6	78	58
Depósitos judiciais	7	-	3
		5.150	5.097
Passivo			
Obrigações fiscais	4	4	4
Outras contas a pagar	3	3	3
Provisões tributárias	9	15.935	15.360
		15.942	15.367
Ativos líquidos	8	(10.792)	(10.270)

### Demonstrações das Mutações dos Ativos Líquidos - Exercícios Findos em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	2021	DAL Abertura 2020
Gastos no exercício:			
Despesas administrativas	10	(144)	(319)
Despesas tributárias	11	(13)	(557)
Outras receitas		10	10
Resultado antes do resultado financeiro		(147)	(866)
Ganhos financeiros			
Receitas financeiras, líquidas	13	211	102
Ajustes de Provisões			
Provisões tributárias		(575)	(15.360)
Varição dos ativos líquidos antes do IRPJ e da contribuição social		(511)	(16.124)
Imposto de renda e contribuição social	12	(11)	(398)
Varição dos ativos líquidos		(522)	(16.522)

### Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Método Direto) - Exercícios Findos em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	2021	2020
Rendimentos financeiros		
Aplicações financeiras	211	103
Recuperação de despesas	10	10
Recebimentos		
Depósitos judiciais	3	5.485
Integralização de capital	-	400
Reembolso de custas	-	12
Restituição de tributos	2	-
Pagamentos		
Serviços de auditoria e consultoria	(46)	(171)
Serviços jurídicos	(8)	(71)
Armazenagem	(42)	(41)
Publicações societárias	(31)	(32)
Tributos	(47)	(999)
Serviços do sistema financeiro	(13)	(11)
Outros gastos	(3)	(8)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	36	4.677
Caixas e Equivalentes a Caixa no Início do Exercício	5.036	359
Caixas e Equivalentes a Caixa no Final do Exercício	5.072	5.036
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	36	4.677

### Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis - Em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1 - Contexto Operacional:** A Parcom Participações S.A. - Em liquidação ("Companhia") com sede na cidade do Rio de Janeiro, tinha como objetivo a participação em outras sociedades, comerciais e civis, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior. A Companhia propôs uma série de ações judiciais contra companhias de telefonia, objetivando o recebimento de indenização pelo descumprimento de Contratos de Participação Financeira em Investimentos do Serviço Telefônico que concediam aos seus titulares o direito ao recebimento de ações de emissão da então Telebrás ou de suas subsidiárias - posteriormente privatizadas. Tais contratos foram firmados originalmente pelos assinantes das linhas telefônicas e seus direitos transferidos à Companhia por instrumento em causa própria. As ações judiciais foram propostas no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Paraná em face das companhias de telefonia destes Estados. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27/12/2012 foi deliberado a dissolução e início da liquidação da Companhia em razão da falta de perspectiva de novos investimentos e da ineficiência da gestão do seu patrimônio de renda variável. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20/02/2013 foi deliberado e aprovado o laudo de liquidação antecipada da Companhia, com a proposta de entrega de bens, direitos e valores aos acionistas, remanescendo na Companhia um saldo de caixa cujo montante foi avaliado pelo Liquidante como sendo suficiente para dar seguimento ao processo de dissolução anteriormente aprovado. Existem pendências jurídicas e administrativas a serem concluídas impedindo a conclusão da liquidação da Companhia, conforme detalhado nas notas explicativas nº6 e nº9 as quais são parte integrante das demonstrações contábeis.

**2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis em Liquidação:** 2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis - a) Declaração de conformidade - As demonstrações contábeis apresentadas em bases de liquidação foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC para Entidades em liquidação e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e Resoluções emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade. As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidência a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábeis financeiros, em especial as contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. A emissão das Demonstrações Contábeis foi aprovada pela Administração em 15/03/2022. b) Base de mensuração - Considerando que foram preparadas no pressuposto da não continuidade das operações, quando aplicável, os ativos foram ajustados a seus valores recuperáveis, assim como, foram reconhecidos todos os passivos de obrigações contratuais gerados pelo encerramento das operações. c) Moeda funcional e de apresentação - As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional"). d) Uso de estimativas e julgamentos - A elaboração das demonstrações contábeis em liquidação requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às informações anuais da Companhia em 31/12/2020, conforme item 2.2 abaixo. e) Coronavírus - Em observância ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/ nº 02/2020, a Administração da Companhia ressalta que vem acompanhando as notícias sobre os impactos econômicos provindos da pandemia do Coronavírus (COVID-19). Embora ainda não seja possível estimar a duração ou gravidade dos impactos da pandemia de COVID-19, a Administração até o momento não identificou alterações no uso de julgamento ou alterações na elaboração de estimativas praticadas e divulgadas nas notas explicativas. 2.2. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidas - Em 2021 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o pronunciamento, abaixo, com impactos na Companhia: - CPC LIQUIDAÇÃO - Entidades em Liquidação, aprovado em 05 de março de 2021 - O pronunciamento deverá ser adotado por toda entidade em liquidação: liquidação voluntária, liquidação por entidade reguladora, liquidação judicial e extrajudicial, falência e autofalência. São exigidos pelo pronunciamento demonstrações contábeis diferentes das com pressuposto de continuidade: 1) Demonstrações dos Ativos Líquidos; 2) Demonstrações das Mutações dos Ativos Líquidos; 3) Fluxo de caixa (Método direto); 4) Demonstração da Moeda em Liquidação (nos casos de falência). A base de mensuração dos ativos deverá observar a seguinte ordem: a) Valor de liquidação; b) Valor líquido das despesas de vendas; c) Custo histórico. Recor-

nechimento e mensuração dos passivos: a) Valor formal e legalmente devido; b) Provisões com base na melhor estimativa de saída; c) Provisões deverão ser reconhecidas ser forem considerados possíveis ou prováveis; e) Os Passivos contingentes sempre divulgados em notas explicativas; e) reconhecer todos os custos e despesas que espera incorrer até o final da liquidação. As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas dentro do estabelecido pelo pronunciamento CPC.

### Demonstrações dos Ativos Líquidos - Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	2021	Ajuste CPC	2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5.036	-	5.036
Tributos a recuperar	58	-	58
Depósitos judiciais	3	-	3
Passivo			
Obrigações fiscais	4	-	4
Outras contas a pagar	3	-	3
Provisões tributárias - (i)		15.360	15.360
Ativos líquidos	5.097	15.360	(10.270)

### Demonstração da Mutações dos Ativos Líquidos de abertura - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020

	2020
Ajustes de Provisões	(15.360)
Despesas tributárias	(15.360)
Varição dos ativos líquidos	(15.360)

**3 - Principais Políticas Contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados. a) **Auração do resultado** - O resultado é apurado pelo regime de competência de exercício. b) **Instrumentos financeiros - (i) Ativos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 (noventa) dias a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificado em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 4. **Passivos financeiros não derivativos** - Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. c) **Tributos a recuperar** - São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais. d) **Depósitos judiciais** - Os depósitos judiciais são realizados para dar curso a discussões judiciais. Estão registrados ao custo histórico e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. São apresentados no ativo na expectativa de que ocorram desfecho favorável das questões para a Companhia. e) **Imposto de renda e contribuição social** - São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das informações contábeis. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$240 ano ou R\$20 mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%. f) **Demonstração dos Fluxos de Caixa** - As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método direto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

### 4 - Caixa e Equivalentes de Caixa

	2021	2020
Depósitos bancários	-	2
Aplicações financeiras	5.072	5.034
Total	5.072	5.036

As aplicações financeiras de curto prazo são constituídas de quotas de fundos de investimentos de renda fixa, mantidos em instituições de primeira linha, prontamente convertíveis em caixa. Em 2021, a remuneração média foi de 101,97% do CDI (84,84% em 2020). A seguir está apresentada a composição da carteira de aplicações financeiras:

Fundo	Nível	Adminis- trador	2021		2020	
			Quant. de Cotas	Valor	Quant. de Cotas	Valor
Opportunity		BNY Mellon	1.047.463,716	5.066	1.082.671,297	5.021
Itaú Top DI FIC FIRF	1	Banco Itaú				
DI FIC FI Ref.	1	Itaú	1.104	6	2.661	13
				5.072		5.034

### 5 - Partes Relacionadas: a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia não efetuou qualquer remuneração a diretores, administradores ou a pessoas-chave da Administração ou qualquer outra operação com parte relacionada durante o período de 1º janeiro a 31/12/2021.

### 6 - Tributos a Recuperar

	2021	2020
Imposto de renda	66	46
Contribuição social	12	12
Total	78	58

### 7 - Depósitos Judiciais

	2021	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2020		3
Levantamento (*)		(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		-

\* Trata-se de ação pedindo cancelamento de registro no Conselho Regional de Administração, a suspensão de quaisquer cobranças de valores e abstenção de promover qualquer ato sancionador pelo não pagamento das anuidades, assim como restituição de todos os valores não prescritos pagos a título de anuidade. 8 - **Ativos Líquidos: a) Composição** - Os ativos líquidos estão representados por 26.470.226 ações (24.770.226 em 2019), sendo 17.952.562 (16.252.562 em 2019) ações ordinárias e 8.517.664 ações preferenciais, todas sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto e gozam de prioridade na distribuição de dividendos que são, no mínimo, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme disposto no inciso I do artigo 17 da Lei nº 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 10.303/01. A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social em até 288.000.000 (duzentos e oitenta e oito milhões) de ações ordinárias ou preferenciais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão. A Assembleia Geral Extraordinária de 28/02/2020, aprovou o aumento do capital social em R\$400, com a emissão privada de 1.700.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. b) **Destinação do lucro** - O estatuto assegura aos acionistas o pagamento de Dividendo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Face à apuração de prejuízo nos exercícios de 2021 e de 2020, não houve distribuição de dividendos. 9 - **Contencioso:** A Companhia é parte em processos judiciais e utiliza-se de estimativas para avaliar a probabilidade de entrada e de saída de recursos com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração e constitui provisões para as perdas consideradas possíveis e prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. **Processos provisionados** - Os passivos decorrentes de litígios ou notificações das entidades fiscalizadoras são avaliados pela Administração da Companhia, com análise individual destes processos, tendo como base, a opinião dos seus advogados e consultores jurídicos. Os processos encontram-se na fase administrativa e na opinião de nossos assessores jurídicos as chances de perda são consideradas possíveis e são constituídas provisões para contingências na data base das demonstrações contábeis: a) A Companhia foi atuada pela Secretaria da Receita Federal em 8 de outubro de 2010 (Processo nº 11052.000825/2010-

15). O auto de infração teve por objeto o IRPJ e a CSLL em razão da indedutibilidade das despesas contabilizadas no ano calendário de 2006, no valor histórico de R\$10.454, a título de pagamento da remuneração das debêntures de emissão da Companhia mantidas em circulação entre janeiro de 1995 e abril de 2007. A autoridade administrativa sustentou a sua argumentação alegando, basicamente, que as referidas despesas financeiras não atenderiam aos critérios de necessidade, usualidade e normalidade de que trata o regulamento do imposto de renda, para fins de dedutibilidade de qualquer despesa. Em 27 de agosto de 2014 foi julgada improcedente a impugnação apresentada pela Companhia. Em sequência foi interposto o recurso voluntário, que aguarda julgamento. O valor do crédito tributário cobrado, atualizado até dezembro de 2021 era de R\$12.702 (12.483 em 2020). b) A Companhia foi atuada pela secretaria da Receita Federal em 18/08/2011 (Processo nº 12448.73196/2011-51). O auto de infração lavrado para cobrança de débito de IRPJ e CSLL, em razão de compensação supostamente indevida de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da CSLL, nos anos calendários de 2008 e 2009. Em 02/02/2015 foi proferida decisão julgando parcialmente procedente a impugnação, reduzindo uma pequena parte da exigência de IRPJ. Em sequência foi interposto recurso voluntário, que aguarda julgamento. O valor do crédito tributário cobrado, atualizado até dezembro de 2021 era de R\$1.212 (R\$1.189 em 2020). c) A Companhia teve ciência em 22/12/2012 da decisão proferida pela Secretaria da Receita Federal da Homologação parcial e do não reconhecimento do pedido de restituição da declaração de compensação de crédito relativo a saldo negativo de IRPJ do ano calendário de 2003 com débitos próprios. Em 23/01/2012 foi apresentado manifestação de conformidade e, em 10/11/2020 através do acórdão nº 03-83.649 que, por unanimidade do votos, julgou procedente em parte a manifestação de inconformidade e reconheceu parcialmente o direito creditório pleiteado. Em 07/12/2020 foi interposto o recurso voluntário, que aguarda julgamento. O valor do crédito tributário cobrado, atualizado até dezembro de 2021 era de R\$1.688 em 2020). d) A Companhia teve ciência em 12/09/2013 (Processo 12448.90916/2013-69) da decisão proferida pela Secretaria da Receita Federal da Homologação parcial do pedido de compensação de crédito relativo a saldo negativo de IRPJ ano calendário de 2006. Em 11/10/2013 foi apresentado manifestação de inconformidade, em 28/05/2021 a 7ª Turma da Delegacia de Julgamento 01 ("DRJ 01") julgou improcedente a manifestação de inconformidade e em 28/06/2021 foi protocolado recurso voluntário, que aguarda julgamento. O valor do crédito tributário cobrado, atualizado até dezembro de 2021 era de R\$166. e) A Companhia teve ciência em 18/08/2014 (Processo 12448.906768/2014-22) da decisão proferida pela Secretaria da Receita Federal da não Homologação do pedido de compensação de crédito relativo a saldo negativo de IRPJ ano calendário de 2009, para quitação dos débitos vincendos de CSLL, COFINS e Pis sob o argumento de inexistência do saldo negativo. Em 17/09/2014 foi apresentado manifestação de inconformidade. Em 09/03/2021 os autos foram remetidos para Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária, que aguarda julgamento. O valor do crédito tributário cobrado, atualizado até dezembro de 2021 era de R\$141.

### 10 - Despesas Administrativas

	2021	2020
Consultoria e assessoria	(28)	(137)
Armazenagem	(42)	(41)
Auditoria externa	(21)	(22)
Publicações	(31)	(32)
Serviços jurídicos	(8)	(76)
Outras despesas	(14)	(11)
	(144)	(319)

### 11 - Despesas Tributárias

	2021	2020
Pis e Cofins	(10)	(102)
Taxas estaduais	(3)	(6)
Taxa de fiscalização CVM	-	(1)
Crédito fiscais não homologado	-	(448)
	(13)	(557)

### 12 - Imposto de Renda e Contribuição Social

#### Varição dos ativos líquidos antes do IRPJ

	2021	2020
Adições	(511)	(16.124)
	575	17.958

Créditos fiscais não homologados - 448

Varição monetária - 2.150

Provisões tributárias - 575 15.360

**Exclusões** - (64)

Atualização de depósito judicial - (64)

**Lucro real antes da compensação do prejuízo fiscal** - 64 1.770

**Compensação do prejuízo fiscal (30%)** - (19) (531)

**Base de Cálculo** - 45 1.239

**Imposto de renda e contribuição social** - 11 398

### 13 - Resultado Financeiro, Líquido

	2021	2020
Receitas financeiras		
Atualização do depósito judicial	-	64
Rendimento de aplicação financeira	210	48
Atualização de tributos a recuperar	1	-
	211	112

Despesas financeiras - (10)

Prejuízo aplicação renda fixa - (10)

Resultado financeiro, líquido - 211 102

**14 - Objetivos e Políticas para Gestão de Risco Financeiro: Considerações gerais e políticas** - A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros como proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxas de juros, conforme política da Administração. A Companhia analisou sua exposição a risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros e câmbio), risco de crédito e risco de liquidez, os quais são tempestivamente monitorados pela Administração. Estes riscos significativos de mercado que afetam a Companhia podem ser assim resumidos: **Risco de mercado** - Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos produzidos pela Empresa e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Empresa. Os resultados da Companhia não estão sujeitos a exposição, sensibilidade e variação dos preços de mercado por não está desenvolvendo nenhuma atividade operacional. **Risco de taxa de juros e taxa de câmbio** - Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré ou pós-fixadas. A Companhia não possui instrumentos financeiros em moeda estrangeira, não estando, portanto, sujeita aos impactos oriundos das variações das taxas de câmbio. **Risco de crédito** - As políticas de crédito da fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito). No que tange as instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de primeira linha, consideradas de baixo risco. **Risco de liquidez** - Representa o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. **Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros** - O CPC 40 (IFRS 7) estabelece que a entidade, deve divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada exercício, incluídas todas as operações com instrumento financeiro. A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Companhia e o efeito das operações em aberto em 31/12/2021:

Operação	Fator de risco	Cenário provável	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Ativos Indexador	CDI	11,50%	8,63%	5,75%
Aplicações financeiras R\$5.072 em 31/12/2021	-	583	437	292

Liquidante - Norberto Aguiar Tomaz

Contador: Marcelo Seixas Cavalcanti de Albuquerque - CRC-RJ 087065/O-8

foi emitido com parágrafo de incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional, sem opinião modificada. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores** - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou




## PARCOM PARTICIPAÇÕES S.A. - EM LIQUIDAÇÃO

CNPJ: 00.185.475/0001-08

causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2022.

 **BKR - Lopes, Machado Auditores - CRC-RJ-2026/O-5**  
Independent Member of - BKR International

**Mário Vieira Lopes**  
Contador - CRC-RJ - 060.611/O-0

**Marcio Alves Gonçalves Marçal**  
Contador - CRC-RJ - 106.994/O-8